

O NEOLIBERALISMO NO MÉXICO: O GOVERNO CARLOS SALINAS DE GORTARI (1988-1994)

Ary Ramos da SILVA JÚNIOR

Resumo: O presente artigo tem o intuito de analisar os comportamentos da economia e da sociedade mexicanas no Governo Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), pois foi neste período que se intensificou a adoção das políticas de cunho neoliberal. Depois de décadas de políticas protecionistas, marcadas pelo intervencionismo estatal, foi neste momento que o México altera significativamente sua sociedade abrindo espaço para a privatização de empresas estatais, desregulamentação e abertura econômica.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Governo Carlos Salinas; abertura econômica; privatização; liberalização; transformações econômicas; intervencionismo; dívida externa; Exército Zapatista; corrupção; violência social.

Neoliberalismo e transformações sócio-econômicas

Em 6 de julho de 1988, ocorreram eleições para a presidência mexicana, os candidatos eram Carlos Salinas de Gortari¹ pelo PRI, Cuautémoc Cárdenas², que havia saído do PRI no ano anterior, e era candidato pela Frente Democrático Nacional, e Manuel Clouthier, pelo Partido da Ação Nacional (PAN), pela oposição. As pesquisas de opinião diziam que naquelas eleições, finalmente se encerraria o governo do PRI, que desde 1929 estava no poder, Cuautémoc era favorito nas pesquisas com uma margem de 5% de votos sobre Salinas.

Porém, no México, o poder do PRI era total, no dia da apuração os computadores do tribunal apresentaram problemas, e caiu o sistema. A partir daí, retiraram da sala todos os jornalistas e os representantes de partidos, e não forneceram maiores informações naquele dia. No dia seguinte os resultados das eleições foram divulgados e Carlos Salinas era o novo presidente mexicano, tinha sido eleito com 50,4% dos votos; em segundo ficou o candidato da Frente Democrática Nacional, com 30,9% dos votos, e em terceiro lugar, com 16,7%,

¹ Salinas tinha sido ministro da Programação no governo De la Madrid.

² Cuautémoc era filho de Lázaro Cárdenas, que havia governado o país no período 1930-1936, sendo responsável pela nacionalização do petróleo.

Clouthier. Acabava naquele dia o sonho da oposição de governar o México pela primeira vez em 150 anos.

O sistema político mexicano é bastante complexo, pois, desde 1929, um único partido comanda os rumos do país. Diante disso, o escritor Mário Vargas Llosa definiu o país como “a ditadura perfeita” (FUSER, 1995, p.14).

Salinas inicia seu governo com a promessa de modernização do país e de prosseguimento das reformas estruturais. Diante disso, aprofunda a ortodoxia econômica, aumenta a abertura econômica, renegocia a dívida externa, e amplia as privatizações de empresas estatais.

A medida mais importante adotada por Salinas ao assumir o comando do país foi a renegociação da dívida externa. Com isso, o governo conseguiu fôlego para equilibrar suas contas, pois nos anos anteriores o setor público havia se endividado muito rápido.

A dívida negociada por Salinas foi equivalente a US\$ 53 bilhões, e se basearam em três opções: primeiro, na redução do principal, a uma taxa de desconto de 35%; segundo, com o recebimento do título no valor de face, com remuneração de 6,25% a.a; em terceiro, a concessão de dinheiro novo por um período de quatro anos da ordem de US\$ 1,5 bilhões. A renegociação ocorreu no formato do Plano Brady, e embora tenha sido bastante importante para o país, em termos fiscais, ainda ficou aquém das negociações efetuadas por outros países (como Argentina e Brasil), tudo porque o México foi o primeiro país a ingressar nesse Plano.

As conseqüências da renegociação da dívida foram imediatas, as contas públicas apresentaram umas melhoras consideráveis, saindo de um déficit de 7,4% em 1989, para um superávit de 1,8% do PIB em 1991. As taxas de inflação, que em 1987 estavam em 150%, caíram para 20% em 1989, e 27% em 1990. (GONTIJO, 1995, p.44).

Os resultados iniciais foram estimulantes, a comunidade financeira internacional se mostrou bastante otimista com relação à situação econômica do país, e os fluxos de capitais, tanto na forma de investimento externo direto (IED), como capitais especulativos, voltaram ao México, que se tornava aos olhos dos investidores estrangeiros um grande negócio.

Diante de todo este otimismo, a economia permanecia estagnada, com taxas de crescimento modestas da ordem de 1,5% ao ano, resultado este, insuficiente para reverter os números de 1986, queda de quase 4% no PIB.

Na tabela abaixo vemos o desempenho econômico no período 1988-1994.

ANO	Cresc. do PIB (%)	Inflação (%)	Taxa de Câmbio Real	Saldo Comerc. (US\$ bi)	Conta Corrente (US\$ bi)	Gasto Publ./PIB (%)	Déficit Publ./PIB (%)
1988	1,2	114,2	100	1,7	-2,4	35,2	-12,5
1989	3,3	20	91,4	-0,7	-4	30,4	-5,6
1990	4,4	26,7	91,2	-4,4	-7,1	27	-3,9
1991	3,6	22,7	83	-11,3	-13,8	22,4	1,8
1992	2,8	15,5	78,2	-20,7	-22,8	20,3	3,4
1993	0,4	9,7	73,5	-18,9	-20,5	21,3	0,2
1994	4	7	74,8	-24,5	-29	21,5	n/d

Fonte: BID.

Através destes dados podemos observar que o crescimento econômico no período 1988-1994 foi bastante modesto para o México, se comparado aos 6% do pós-guerra até a década de 1980. Porém, o mais importante é que estas taxas de crescimento foram artificiais, pois ocorreram através do descontrole do setor externo, através da queda do gasto público e principalmente pela taxa de câmbio sobrevalorizada. O atraso cambial trouxe inúmeras conseqüências negativas para o México, primeiro porque encareceu os produtos mexicanos no mercado internacional; e segundo porque barateou o preço dos produtos estrangeiros, o que levou o país a incorrer em sucessivos déficits comerciais. As taxas de juros elevadas eram um instrumento utilizado pelo governo para atrair capitais externos, e com isso, financiar os seus déficits comerciais, porém os capitais que entravam no México eram capitais especulativos, e eram utilizados para financiar as importações de produtos supérfluos³. Assim sendo, não estava havendo a modernização da economia mexicana. O país estava se tornando cada vez mais dependente do capital externo.

Quando Salinas assumiu o governo, a situação social era insustentável, a pobreza se espalhava por todos os estados e regiões, a miséria aumentava consideravelmente, e o descontentamento da população era visível. Diante desta situação, o governo lança, em dezembro de 1988, o Programa Nacional de Solidariedade (Pronasol), cujo objetivo era elevar o nível de vida dos grupos sociais mais vulneráveis. (GORDON, 1994, p.351).

³ Estes produtos eram desde produtos de consumo duráveis como não-duráveis, principalmente produtos de luxo para suprir as necessidades das classes abastadas do país.

A idéia do programa⁴ era simples, em vez do governo distribuir os recursos entre os ministérios, estados e municípios, o dinheiro era repassado aos próprios beneficiários, para projeto de interesses imediatos. Em contrapartida, a comunidade oferece a mão de obra em regime de mutirão. O programa diminuiu a burocracia, e ainda permitiu a queda no custo da construção de escolas e estradas. (FUSER, 1995, p.78).

Os discursos oficiais em relação a esse programa mostravam resultados impressionantes, dos US\$ 26 bilhões de dólares arrecadados com a privatização, US\$ 10 bilhões foram destinados ao programa. Salinas contabilizou mais de 250 mil comitês de solidariedade, e meio milhão de obras (estradas, pontes, bancos de jardim, salas de aulas, etc...). Porém, o resultado não foi tão animador como mostram os dados do governo. Analisando os dados referentes à saúde, educação, emprego, criminalidade, higiene, vemos que a situação ficou pior depois de 6 anos de Pronasol do que quando do início do programa, em 1988.

A nova política econômica, implementada pela América Latina, produziu baixas taxas de crescimento econômico. Os melhores momentos da economia mexicana não têm se pautado por grandes aumentos do Produto Interno Bruto. Como mostra os dados da tabela abaixo, as elevações do PIB mexicano nos períodos 1990-94 e 1993-95, respectivamente, mantiveram-se em patamares relativamente baixos, comparativamente aos nos anos 50-70. Porém, mesmo assim, o baixo incremento do produto gerou um déficit elevado na balança comercial. (DEDECA, 1997, p.514).

Variações Anuais do Produto Interno Bruto e dos Preços ao Consumidor - México - 1986/95

Ano	PIB	Preços
1986	-3,6	86,2
1987	1,8	131,8
1988	1,3	114,2
1989	3,3	20,0
1990	4,5	26,6
1991	3,6	22,7
1992	2,8	15,5
1993	0,7	9,7
1994	4,5	6,9
1995	-6,2	35,0

Fonte: (DEDECA,1997,p.515)

⁴ O Pronasol é o inspirador do Programa Comunidade Solidária, a cargo da primeira dama brasileira Ruth Cardoso.

Os críticos do Pronasol diziam que este não era um programa para atender aos estados pobres, mas um programa para atender aqueles estados onde o PRI perdeu as eleições de 1988. Esta crítica era pertinente, pois os estados onde o partido havia perdido as eleições receberam maiores recursos. O estado de Chiapas é um bom exemplo disso, pois recebeu muitos recursos do Pronasol, e foi onde ocorreu um levante armado contra o governo de Salinas e a ditadura do PRI.

Entre 1990 e 1993, o governo mexicano iniciou a negociação⁵ e assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte com os Estados Unidos e Canadá - TLC -, que entrou em vigor em janeiro de 1994.

A integração com os Estados Unidos foi a “...solução ao dilema que enfrentava as cúpulas econômicas, de insistir no crescimento aberto da economia ilhada, que não havia dado resultados e ameaçava a estabilidade política, e numa maior internacionalização.” (DE LA PEÑA, 1997, p.151).

O mercado financeiro era muito incipiente, o Banco Central Mexicano em 1982 absorvia 48,2% do total da dívida interna, enquanto em 1993 apenas 0,4%, ou seja, os títulos em poder do setor privado aumentaram progressivamente.

Destacamos ainda, que no período da negociação do Tratado de Livre Comércio⁶, houve um aumento na oferta mundial de capitais para o México. O excessivo aumento da oferta de capitais gerou um “...apetite insaciável de capital fez que fossem aceitos todos os investimentos e financiamentos possíveis, sem moderação nem prudência.” (DE LA PEÑA, 1997, p.151).

Huerta acredita que:

[...] com o NAFTA, os EUA desejam tornar irreversíveis as mudanças recentes que tem ocorrido na economia mexicana, sobretudo no que se refere a uma maior generalização da abertura externa a toda a economia, ao

⁵ Segundo De La Peña, a aprovação do Tratado de Livre Comercio exigiu grandes adequações do governo mexicano: “...seja nas estrutura jurídicas, na facilitação do investimento direto (1989), na eliminação do controle de câmbio (1991), ou no fim à divisão agrária e procedendo à amortização das terras públicas (“ejidos”) para incorporá-las ao mercado. Negociou-se a dívida externa com os bancos credores, dentro das exigências do Plano Brady Acelerou-se a privatização de empresas para-estatais, sendo essas reservadas a intervencionistas nativos em condições de privilégios, no melhor estilo nacionalista, para prenciar a criação de fabulosas fortunas. Parte da renda proveniente dessas liquidações (bancos, minas, indústrias, telefones, linhas aéreas) foi aplicada pelo governo no saneamento das finanças públicas, assim como em projetos sociais, ante a miséria crescente e as pressões externas para que se fizesse algo a esse respeito”. (1997,p.151).

⁶ North American Free Trade Agreement (NAFTA) é a ampliação do acordo de livre comércio, já existente entre os Estados Unidos e o Canadá desde 1989, agora incluindo o México. O acordo entrou em vigor a partir de janeiro de 1994, e prevê a eliminação de tarifas alfandegárias entre os três países num período de 15 anos, embora 50% das barreiras existentes tenham sido eliminadas logo no início de 1994.

processo de privatização, e a entrada de investimentos estrangeiros diretos [...] O processo de internacionalização das economias e de complementaridade que se tem desenvolvido entre ambas as economias, faz que os investimentos estrangeiros no país tendam a incrementar, o que requer, de maneira complementar, uma maior segurança para os mesmos. Dai a importância do NAFTA e a modificação dos investimentos estrangeiros diretos que ele exige. (apud DEDECA, 1997, p.517).

A situação macroeconômica no início dos anos 90 era preocupante, os juros altos cobrados pelo governo deterioravam a situação fiscal do estado, a balança comercial entrou num período de déficits crescentes e o câmbio real estava totalmente desvalorizado. Tudo isso contrastava com o otimismo dos investidores e do governo mexicano, que acreditavam no melhor dos mundos. Krugman definiu assim a euforia que se abatia sobre os investidores internacionais:

Em princípios da década de 1990, o México era o favorito dos investidores internacionais, convencidos de que as reformas econômicas do então presidente Carlos Salinas redundaria em vigoroso crescimento econômico. As advertências de uns poucos economistas de que o sensacionalismo publicitário sobre as perspectivas do México não correspondia ao desempenho efetivo foram ignoradas, e o dinheiro continuou inundando o país, ao ritmo de US\$ 30 bilhões por ano. Mas, durante 1994, algumas notícias inquietantes - a rebelião dos camponeses, o assassinato do candidato à presidência e os indicadores econômicos desfavoráveis - tornaram os mercados cada vez mais nervosos. Finalmente, em dezembro, a quantidade de investidores intranqüilos alcançou a massa crítica, e deflagrou-se uma corrida de grandes proporções contra o peso mexicano.(1999b, p.23).

O ano de 1994 traria muitas surpresas para o México. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLA), levanta-se em armas contra o governo de Salinas de Gortari em 01 de Janeiro de 1994, o que obriga o governo a deslocar o Exército mexicano para uma guerra contra os miseráveis de Chiapas.

O EZLA conseguiu o seu poder de fogo no mercado negro, adquirindo armas com os recursos dos próprios combatentes, o que os diferencia das outras guerrilhas da região, que conseguiram suas armas com assaltos a bancos (como a guerrilha urbana brasileira), com a ajuda cubana (como no caso de El Salvador), com seqüestro de empresários (como na Colômbia), e com a ajuda do tráfico de drogas (como no Sendero Luminoso, no Peru).

Os zapatistas se rebelaram contra a miséria em que viviam, contra o descaso do governo mexicano, que privilegiava outro estado (principalmente aqueles mais próximos dos EUA), em detrimento do estado de Chiapas, onde a maioria da população era indígena, e viviam em situação de miséria extrema. O comando do EZLA estava nas mãos do subcomandante Marcos e outros ativistas de formação marxista, que oriundos da cidade começaram a se implantar na região no início dos anos 80, porém o grosso dos zapatistas era de índios, as bases de apoio, as formas de luta, a linguagem, as bandeiras. (FUSER, 1995, p. 108).

Dedeca ressaltou, o aumento que a nova política econômica é incapaz de recompor o nível de emprego, pois apesar da expansão econômica mexicana do período 1991/1994, nota-se que a melhora da produção industrial foi acompanhada pela continuidade da tendência de queda permanente do emprego industrial. Este fato decorre da pressão competitiva imposta pela nova política econômica, que é obrigada a proceder a um ajuste produtivo que garanta a sobrevivência no novo contexto econômico. A modernização⁷ se articula com a destruição de segmentos industriais mais defasados tecnologicamente, favorecendo uma elevação rápida da produtividade industrial.

O ano de 1994 traria também boas notícias para o governo mexicano, depois de mais de dez anos de políticas econômicas ortodoxas, marcadas por privatizações, abertura econômica e desregulamentações financeiras e comerciais, o México é aceito no North American Free Trade Agreement (NAFTA), bloco econômico composto pelos Estados Unidos, Canadá e agora pelo México.

A situação econômica era grave, o economista Rudiger Dornbusch, uma das maiores autoridades sobre economia mexicana, vinha pregando a desvalorização do peso desde 1992, porém seus comentários eram rechaçados pelo governo mexicano, pois uma desvalorização significaria o fim dos investimentos e a perda de confiança por parte dos investidores estrangeiros. (1996, p.18).

Dornbusch argumentava que o problema mexicano estava no valor do peso: a moeda excessivamente forte estava retirando as mercadorias dos mercados mundiais em razão do preço, impedindo que a economia usufrísse as vantagens da sua capacidade de crescimento. A única solução para a economia mexicana no momento, segundo Dornbusch, seria uma desvalorização do peso.

⁷ No caso mexicano a modernização se dá pela incorporação de novas tecnologias, pela racionalização econômica provocada pela recentragem produtiva, terceirização e queima de parte da capacidade de produção. (DEDECA, 1997, p.517).

Krugman salienta que as autoridades mexicanas rechaçavam as críticas de Dornbusch:

Os mexicanos descartavam tais análises, assegurando aos investidores que o programa econômico continuava na trajetória correta, que não havia motivos para desvalorizar o peso, e que não tinha intenções de agir nesse sentido. (1999, p.76).

Porém, ao levante dos Zapatistas, ingresso no NAFTA, somam-se ao assassinato do candidato a presidência Donaldo Colósio (PRI), em 23 de março, que aumentou a instabilidade política e agravou a desconfiança dos investidores estrangeiros com relação à sustentabilidade do modelo mexicano.

Os zapatistas, que foram manchetes em todos os jornais mexicanos perderam o espaço para o assassinato do candidato priista. Colósio foi assassinado quando começou a criticar as ações de Salinas no governo. Sua morte abriu espaço para outros nomes priistas, que sonhavam em disputar a candidatura pelo “todo poderoso” PRI. Nesta disputa interna quem recebeu a indicação do presidente Salinas, o chamado dedaço, foi o seu antigo ministro Ernesto Zedillo.

Em 3 de outubro de 1994, as estruturas do PRI são afetadas por outro assassinato, o do ex-secretário geral do partido, Francisco Ruiz Massieu. Os executores diretos do crime foram presos, porém os verdadeiros mandantes permaneceram em liberdade.⁸

Crimes, roubos, corrupção, assassinatos, revolta popular, tudo isso se somou aos problemas econômicos do país, gerando uma fuga de capitais. O resultado disso foi a crise econômica de 20 de dezembro de 1994, que foi detonada pelo México, mas se espalhou por toda a América Latina, tendo as piores conseqüências na Argentina.

O México se tornou extremamente dependente do ingresso de capitais externos. De 1988 à 1994, o país absorveu enorme quantidade de capitais. Isto se deveu à abertura econômica iniciada em 1982 e intensificada em 1988, porém esta abertura “selvagem” da economia gerou uma desindustrialização, uma maior dependência dos produtos estrangeiros e uma profunda dependência dos capitais externos.

México: saldo em conta corrente e variação bruta das reservas (1993/1994)

⁸ As investigações colocaram a família Salina no centro dos crimes, tanto o presidente como seu irmão, Raul, foram acusados do assassinato, porém poucas provas foram encontradas para condenar o presidente mexicano. Mesmo assim, o problema trouxe instabilidade política ao México, o que afastou muitos investidores do país.

Conceito	1992	1993	1994
Saldo em conta corrente	-24,8	-23,4	-28,8
Varição bruta das reservas	1,1	6,1	-18,9

Fonte: Dados do Banco do México

A causa imediata da crise mexicana foi a impossibilidade de seguir cobrindo o déficit em conta corrente de US\$ 28 bilhões em 1994, com entrada de capitais estrangeiros. Um dos eixos do combate neoliberal à inflação foi a tentativa de sustentar a paridade do peso frente ao dólar. Com uma paridade que não refletia a inflação, as importações dispararam, de forma que a demanda de divisas, já alta por causa da necessidade de pagamento da dívida externa, viu-se cada vez mais incrementada pelo déficit comercial. (BAEZA, 1998, p.73).

A tabela acima mostra os problemas da economia mexicana de então; para cobrir o déficit de US\$ 23,4 bilhões em 1993, entraram capitais atraídos pelos elevados lucros. No período 1988/1994, o investimento direto estrangeiro passou de pouco mais de US\$ 24 bilhões para pouco mais de US\$ 50 bilhões.

Esse investimento chegou por causa da abertura da economia mexicana: ingresso no GATT em 1986, mudanças nos regulamentos de investimento estrangeiro introduzidos no México a pedido dos Estados Unidos em 1993 e, finalmente, entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio em janeiro de 1994. (BAEZA, 1998, p.74).

No período, 1991/94, o México recebeu fluxos de capitais no valor de US\$ 98 bilhões, cerca de metade do total da América Latina. A contrapartida deste investimento foi um déficit em conta corrente que chegou a US\$ 30 bilhões, mais ou menos 8% do PIB em 1994.

Cline analisando os fluxos de investimento para a América Latina assinala que:

Os fluxos líquidos de capital para a América Latina, que atingiram o pico de mais ou menos US\$ 40 bilhões em 1981, no final da recuperação dos anos 70 alimentada pelos petrodólares, caíram para uma média anual de US\$ 10 bilhões em 1983-89, durante a crise da dívida. Com a conjunção favorável do Plano Brady para a dívida com o chamado Plano Greenspan de redução das taxas de juros nos Estados Unidos da América, os fluxos líquidos alcançaram a média anual de cerca de US\$ 50 bilhões em 1991-93. (1996, p.108).

Ao sentir os primeiros sinais de instabilidade, os capitais estrangeiros saíram do país. Isso gerou um círculo vicioso, pois a instabilidade política (assassinatos, crimes, corrupção,

todas envolvendo o governo) aumentou a fuga de capitais, o que como consequência obrigou o México a mexer no câmbio (desvalorizou o câmbio em 40%), a aumentar as taxas de juros para tentar segurar os investidores. Mas como o país estava quebrado, e os investidores só tinham perspectivas negativas, reverter a fuga de capital foi impossível.

Diante da situação de insolvência, o novo presidente Ernesto Zedillo, que havia tomado posse em 01 de dezembro de 1994, foi obrigado a pedir empréstimos para ressarcir os investidores internacionais que haviam sido prejudicados pela crise econômica.

Para Baeza:

Novamente, em 1994, o México teve a duvidosa honra de abalar a estrutura do capitalismo mundial. Isto ocorreu depois de doze anos de políticas neoliberais impostas, em certo grau, pelo Fundo Monetário Internacional, mas adotadas com entusiasmo incomensurável pelos governantes mexicanos e apoiados pelos capitalistas, nacionais e estrangeiros, estabelecidos no México. De modo que a crise mexicana mais recente, ou pelo menos sua intensidade, deve ser contabilizada entre as “conquistas” das políticas neoliberais”. (1998, p.75).

O governo mexicano precisava de uma enorme quantia para evitar uma crise maior que levasse a implosão de sua economia. O presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, temendo um contágio maior da situação mexicana, encontrava-se num dilema: de um lado, sabia da necessidade premente de socorrer a economia mexicana, porém sabia também que este socorro era uma política ousada, arriscada e extremamente impopular, pois se a iniciativa falhasse, talvez o resultado comprometesse todo o seu governo e muito mais. Mas a operação foi bem-sucedida, e a história talvez registre a decisão de levar adiante o plano como o melhor momento de Clinton⁹. (KRUGMAN, 1999, p.156).

Segundo Krugman, o pânico dos investidores não se encontrava apenas na questão econômica. O vórtice que sugava o dinheiro do país era o medo político. A preocupação de que a recente abertura do México para o capital e para as mercadorias estrangeiras estava a ponto de ser revertida para um populismo antiamericano. A fuga de capital decorrente desse medo estava acarretando uma recessão econômica desastrosa, e era exatamente essa recessão

⁹ Segundo nos relata Krugman, a figura principal na persuasão do presidente Clinton, foi “...o subsecretário do Tesouro (agora vice-secretário) Lawrence Summers, ex-professor de Harvard que emergiu como o cérebro econômico da administração Clinton. Summers chegou a duas conclusões sobre a crise mexicana: que a intervenção americana talvez significasse a diferença entre a recuperação e a catástrofe, e que valia a pena correr o risco”.

que, por sua vez, se constituía na causa mais poderosa da inquietação política. Todas as perspectivas indicavam que o pessimismo, com relação ao futuro mexicano, se transformaria numa profecia auto-realizável.

O presidente americano Bill Clinton concedeu um empréstimo¹⁰ ao México no valor de US\$ 50 bilhões de dólares. Estes recursos foram levantados com a ajuda do FMI e do BIS (conhecido como o Banco Central dos Bancos Centrais).

Clinton recorreu a um artifício para evitar a oposição do Congresso americano e outorgou um empréstimo de US\$ 20 bilhões, garantido pela receita petrolífera mexicana; além do mais, conseguiu outras garantias adicionais de US\$ 27,8 bilhões para o México. Entre elas estava o maior empréstimo do FMI em 50 anos. Em 21 de fevereiro foi assinado o acordo básico entre México e Estados Unidos sobre o empréstimo de US\$ 20 bilhões. Para essa data, o México tinha passado de um câmbio de 3,46 pesos por dólar, em novembro de 1994, para 6,2 pesos por dólar em fevereiro de 1995. (BAEZA, 1998, p.72-3).

É importante destacar que na crise de 1982, o México precisou de US\$ 5 bilhões para sair da crise, em contrapartida, na crise de 1994, o país precisou de dez vezes mais, algo em torno de US\$ 50 bilhões.

Krugman definiu os motivos que levaram o governo norte-americano a autorizar esta operação de salvamento¹¹ da economia mexicana:

Porque, então, assumir um risco de tais proporções? Porque o México não é um país qualquer. Além da fronteira de 3200 quilômetros com os Estados Unidos, trata-se de um vizinho tradicionalmente difícil que, por acaso, esta sendo governado no momento por tecnocratas educados nos Estados Unidos, mas cuja amizade não é uma certeza. Deixar os “nossos companheiros” presidir o colapso econômico, como parecia muito provável em 1995, teria sido um grande desastre para a política externa. Para ser franco, havia também a questão de proteger as grandes somas de investimento privados já efetuados no México; mas talvez esta última posição seja cínica demais. Se as minhas fontes são de alguma valia, a política externa, e não os interesses

¹⁰ Este empréstimo saiu do orçamento americano, pois o congresso (dominado pela oposição Republicana) não se mostrou simpático ao empréstimo de socorro aos mexicanos.

¹¹ O resgate da economia mexicana pelo governo dos Estados Unidos foi bem-sucedido. Após afundar 10% no primeiro ano de crise, a economia recuperou o terreno perdido. Os investidores privados retornaram, estabilizando o peso; e o governo, anos à frente da data programada, pagou o empréstimo de emergência. O México ainda não está completamente salvo, mas os contribuintes americanos não correm riscos. (KRUGMAN, 1999, p.159).

dos amigos dos amigos de Rubin em Wall Street, foi o fator decisivo. (1999a, p.82).

A crise mexicana¹² foi uma crise de confiança gerada pela insustentabilidade das políticas econômicas adotadas pelo modelo neoliberal, mas, economicamente, a crise se deu devido ao alto déficit em conta corrente acumulado pelo país, US\$ 100 bilhões entre 1988 e 1994. Este déficit ocorreu devido à redução das barreiras tarifárias e da defasagem cambial. (ZINI,1995).

Cline¹³ concentrou as críticas dos analistas mexicanos - inclusive do presidente Ernesto Zedillo e o ministro das Finanças Guillermo Ortiz (ambos PhD em economia) - no uso excessivo de uma taxa de cambio quase fixa:

Essa 'âncora' contra a inflação obteve grande êxito ao término na década de 80, porém sua excessiva rigidez e a supervalorização daí resultante elevaram a níveis perigosamente altos o desequilíbrio externo do México. Se a maior parte do déficit representasse investimento na capacidade produtiva de bens comerciais, essa arriscada estratégia poderia ter funcionado. Mas a maior parte do déficit representa consumo, visto que a participação do investimento no PIB aumentou bem menos que a do déficit em conta corrente. (1999, p.110).

O empréstimo de emergência feito pelos Estados Unidos, serviu para contornar os problemas iniciais, e foram todos canalizados para os investidores estrangeiros que tiveram prejuízos no país. Porém, estes recursos elevaram a dívida externa mexicana para mais de US\$ 150 bilhões, tornando assim, o México, o maior devedor da região, ultrapassando o Brasil. As maiores críticas ao empréstimo americano se concentram nas garantias dadas pelo governo mexicano, que comprometeram as reservas petrolíferas do país. Assim, o México estava comprometendo também a sua soberania política e econômica com o país vizinho.

É importante destacar as principais lições da crise mexicana: I) Independentemente de sua origem, cumpre observar limites seguros para os déficits externos em conta corrente; II)

¹² Para a América Latina como um todo, as reservas, exceto ouro, caíram de US\$ 113 bilhões em setembro de 1994 para US\$ 101 bilhões em março de 1995. Dessa queda, porém, quase US\$ 10 bilhões referiam-se apenas ao México, de modo que as reservas do restante da América Latina caíram menos de 3% por causa do efeito tequila.

¹³ Cline destaca ainda que o México devia ter desvalorizado o câmbio no segundo trimestre de 1994, quando suas reservas ainda estavam relativamente altas, em vez de aguardar até o fim do ano, quando as reservas baixaram para o equivalente a seis semanas de importação.

Deve-se buscar um equilíbrio prudente entre o uso da taxa de câmbio como âncora contra a inflação, por um lado, e a manutenção de uma taxa real de câmbio realista, por outro; III) Deve-se minimizar a dívida de curto prazo, especialmente a dívida governamental de curto prazo em mãos estrangeiras (em moeda nacional ou estrangeira). (CLINE, 1996, p.111).

Em meados de 1995, seis meses após a crise do peso mexicano, o temor parecia ter-se dissipado. No começo, julgou-se que a crise mexicana era um sinal de que a crise da dívida latino-americana voltara com toda a força, e que os resultados do Plano Brady eram apenas um paliativo para um problema de dívida realmente insolúvel. Mas tal suposição era pouco provável, dadas as importantes reformas estruturais e de políticas efetuadas na região e as proporções bem mais reduzidas da dívida. Por volta de junho de 1995, essa possibilidade estava praticamente descartada. (CLINE, 1996, p.113).

No período de 1950/81 a economia mexicana cresceu a uma taxa média de 3,3%; porém, no período, 1982/96 a taxa de crescimento do PIB foi -0,6, sendo que os trabalhadores foram os mais atingidos pelo ajuste. Em 1996, os salários reais correspondiam a 58,6% do de vinte e dois anos atrás. Os trabalhadores que recebem salário mínimo e os burocratas sofreram uma queda ainda maior nos seus rendimentos. A queda dos salários no México não encontra explicação no campo da produtividade, pois nesses vinte anos, foi incorporada uma enorme quantidade de novas tecnologias que elevaram a produtividade do trabalho. Se a economia mexicana funcionasse adequadamente para os trabalhadores, uma maior produtividade poderia traduzir-se em uma melhoria do nível de vida dos mesmos. Não tem sido assim; e, pelo contrário, os trabalhadores mexicanos estão cada vez mais pobres. (BAEZA, 1998, p.71).

Belluzzo, ao comparar o colapso financeiro do México de 1982 e de 1994, destaca como elemento comum, a excessiva dependência do financiamento externo, sendo que os capitais dos anos 90 apresentam nítidas desvantagens em termos de prazos, volatilidade, natureza e destinação de recursos. (1995b).

Belluzzo acrescenta ainda que o endividamento dos anos 60 e 70 deixou, em muitos países, uma infra-estrutura e um setor industrial modernizados, apesar do freqüente descompasso entre o vulto de alguns projetos e sua capacidade, quando em operação, de gerar divisas para pagar os empréstimos. Nos anos 90, os países foram inundados pela maré de capital líquido e especulativo, que desbordou do centro para a periferia “emergente”, em

resposta ao diferencial de juros que se ampliava à medida que eram abrandadas as políticas monetárias nos países desenvolvidos. (1995b).

Quando o governo mexicano optou pela desvalorização do peso incorreu num outro equívoco bastante grave, que estimulou uma fuga ainda maior de capital. Ao desvalorizar é preciso adotar certas regras: I) assegurar que a desvalorização é suficientemente grande, pois do contrário, apenas se criam expectativas de maiores desvalorizações. II) imediatamente após a desvalorização, emita todos os sinais de que a desvalorização se encontra sob controle, que as autoridades econômicas são pessoas responsáveis, que compreendem a importância de tratar os investidores de forma correta, e assim por diante. Do contrário, a desvalorização talvez confirme e reforce as dúvidas sobre a solidez da economia, iniciando o pânico. (KRUGMAN, 1999a, p.78).

O México não observou essas regras. A desvalorização inicial foi menor do que Dornbusch previa, apenas 15%. Soma-se a isso, a comportamento das autoridades¹⁴ mexicanas, que ao contrário de tranquilizar os investidores nacionais e internacionais, aumentou o pânico e a fuga de capitais.

De La Peña descreveu assim a situação econômica do México no ano de 1995:

[...] a economia começou a estabilizar-se em um nível mais baixo (o Pib caiu quase 7% em 1995), com quedas severas no consumo privado (7%, ou seja, 9% por habitante), o investimento bruto fixo (29%), no câmbio e nas importações (12%). A inflação cresceu de 7% para 52% (anualizada) em seis meses. O mesmo aconteceu com as exportações, as quais como sempre, ficaram na sua maioria (80%) a cargo de poucas empresas entre as exportadoras (2,7%). (1997, p.153).

O crédito diminuiu em 16,7%, as taxas de juros cresceram enormemente (a de Certificados de Tesouraria passou de 13,7% em novembro de 1994 para 74,8% em cinco meses), tornando impossível o pagamento das dívidas, ainda mais sob a contração econômica

¹⁴ Jaime Serra Puche, o novo ministro da Fazenda, comportou-se de uma forma arrogante e indiferente à opinião dos credores internacionais; pior ainda, logo ficou claro que os empresários mexicanos haviam sido consultados sobre a desvalorização antecipadamente, dispondo de informações privilegiadas inacessíveis aos investidores externos. (Krugman,1999(A),p.98)

provocada para recuperar os equilíbrios vitais da economia. Como conseqüência, a inadimplência cresceu enormemente, provocando violentas tensões sociais que, um ano e meio depois ainda não tinham acabado. Os bancos¹⁵ foram atingidos pela inadimplência excessiva, causando falências técnicas, o que exigiu a criação de diversos fundos, mecanismos e formas de intervenção para salvá-los. (DE LA PEÑA, 1997, p.154).

Taxa de desemprego - 1990/1997

1990	2,7	1994	3,7
1991	2,6	1995	6,3
1992	2,8	1996	5,5
1993	3,4	1997	4,2

Fonte: OECD, Economic Outlook, jun/97

A economia encerrou o ano de 1996 com crescimento de 5,1% do PIB e como atesta a tabela acima, com nível de desemprego aberto total de 5,5% da população ativa, ante os 6,3% verificados em 1995. Dupas destaca ainda o aumento da precariedade dos empregos, crescimento da subocupação (indivíduos trabalhando menos de 35 horas semanais) e, principalmente, do número de trabalhadores recebendo menos de um salário mínimo mensal. A soma do número de trabalhadores em desemprego aberto com aqueles que trabalham em subjornadas, esse número atinge cerca de 27% da população ativa em 1996, contra 23% em 1994. (DUPAS, 1999, p.159).

A recessão, caracterizada pelo declínio da atividade econômica e do câmbio, trouxe como conseqüências, um incremento das exportações, queda das importações e o desaparecimento do déficit externo de mais de US\$ 18 bilhões, obtendo assim, um superávit em conta corrente. Um ano e meio depois, renovou-se a atividade econômica, com recuperação dos desequilíbrios macroeconômicos fundamentais, “mas não um crescimento equilibrado entre exportações e produção para uso interno, entre setores, entre poupança interna e capitais externos, entre abertura e controle, entre livre mercado e regulação. Por isso, é previsível o ressurgimento do déficit externo tumultuoso ao elevarem-se as importações

¹⁵ De La Peña destacou ainda outras causas do desastre bancário mexicano: “... o desastre financeiro se gestou desde antes, neste caso, desde 1990, com o aumento desproporcional do crédito, a partir da grande liquidez gerada pela abundância de capital externo. Com efeito, o sistema bancário recém privatizado aumentou imprudentemente a concessão de crédito (em relação ao PIB, passa de 18% em 1988 para 22% em 1990 e para 44% em 1995), ao facilitá-lo em excesso, inclusive sem garantias razoáveis, pela combinação de avareza e inaptidão de empresários e amigos metidos a banqueiros”.

financiadas por grandes volumes de capitais externos que chegam ao país. Assim, haverá novos desequilíbrios, quedas e recuperações violentas”. (De La Peña, 1997,p.155).

Canuto destaca que apesar da rápida recuperação da economia do país, o setor bancário passa por sérios problemas:

Em termos reais, o PIB cresceu a taxas de 5,1% em 1996, 7% em 1997 e 4,8% em 1998. A inflação caiu de 27,7% ao ano em 1996 para algo em torno de 14% neste ano. Mesmo o governo intervindo no setor bancário¹⁶, injetando cerca de US\$ 68 bilhões no sistema bancário doméstico - valor equivalente a 15% do PIB deste ano - , o volume de empréstimo com resgate em atraso esta atualmente quase 11 vezes maior do que o capital disponível no sistema bancário. Há de observar, até mesmo, já estarem presentes alguns bancos internacionais (Citi, Santander, Bilbao Viscaya, HSBC). (1999).

Embora o governo tenha despendido grandes recursos com o programa de resgate dos bancos, a “...reestruturação no setor e o retorno do crescimento, a criação de ativos bancários pudesse gradualmente fortalecer sua estrutura patrimonial. No entanto, assistiu-se a uma literal contração de crédito. O fluxo de novos empréstimos caiu de 38% para 19%, respectivamente, em 1996 e 1997, ao mesmo tempo em que o agregado monetário mais amplo (M4) mexicano aumentava em 5,6% no biênio.” (CANUTO, 1999).

De La Peña destacou duas tentativas de inserção da economia mexicana na economia mundial: a primeira vez foi a modificação do regime econômico e a segunda foi a integração com os Estados Unidos. (1997, p.155).

A economia mexicana cresceu a uma taxa de 5,4% em 1997, com uma inflação de 20%, um nível de desemprego de 4,2% e um déficit em conta corrente de 2,0% do PIB, o que deixava claro que o México havia superado a crise econômica de dezembro de 1994. (DUPAS, 1999, p.159).

Em outubro de 1997, o México foi sacudido por outra crise econômica mundial, esta, porém ocorrida em outra parte do mundo, na Ásia. A crise

¹⁶ Segundo Canuto: “O programa de resgate dos bancos, lançado na crise de 1995, teve quatro pecas básicas. Além de provisão de liquidez em dólares para os bancos e de esquemas de alívios de dívidas para os devedores, o governo propôs-se a auxiliar na recapitalização dos bancos, bem como a absorver parte dos créditos ‘podres’. Em troca destes, ofereceu títulos públicos intransferíveis de dez anos. O governo vai agora ter de viabilizar a criação de um mercado secundário para estes títulos”.

asiática afetou a economia mexicana ao reduzir o preço do petróleo¹⁷ (produto responsável por 40% da arrecadação fiscal do governo), que caíram de 17 para dez dólares o barril. (DUPAS, 1999, p.159).

A crise asiática aconteceu num momento onde a economia mexicana apresentava déficit comercial crescente, elevado endividamento em dólar e alto déficit em transações correntes. Contudo, a crise asiática embora tenha abalado a economia mexicana, não levou o país para o centro da crise.

SILVA JÚNIOR, Ary Ramos da. Neoliberalism in Mexico: the government Carlos Salinas de Gortari (1988-1994). **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v. 7, n. 7, p. , mar. 2005.

Abstract: This article aims to analyze the behavior of Mexican economy and society in the government of Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), for it was in this period that the adoption of politics of neoliberal nature was intensified. After decades of protectionist politics, marked by the state interventionism, it was in this moment that Mexico changes its society significantly, opening space for privatization of state companies, deregulation and economical opening.

Keywords: Neoliberalism; privatization; liberalization; economical changes; interventionism.

Referências Bibliográficas

BAEZA, A. V. Neoliberalismo x Intervencionismo no México: o retorno da mão invisível.

Leituras de Economia Política, Campinas, n.5, dez. 1998.

BELLUZZO, L. G. de M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.4, p.11-20, jun. 1995.

_____. A crise do México e as forças de mercado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 jan. 1995.

¹⁷ Para avaliarmos as conseqüências de tal queda, basta lembrar que cada dólar a menos no preço do petróleo significa que oitocentos milhões de dólares deixam de entrar nos cofres do governo.

- CANUTO, O. Abertura comercial, estrutura produtiva e crescimento econômico na América Latina. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.3, p.85-97, dez.1994.
- CLINE, William R. Mercados de capitais após a Crise do Peso in: LANGONI, Geraldo. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.
- DEDECA, Cláudio Salvador. Política econômica, mercado e relações de trabalho, Brasil e México. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2., 1997, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpec, 1997.
- DORNBUSCH, Rudiger. Mexico: estabilizacion, deuda y crecimiento. **Trimestre Económico**, Mexico, n. 250, abr./jun. 1996.
- DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FUSER, Igor. **México em transe**. São Paulo: Scritta, 1995.
- GORDON JUNIOR, Sara. La política social y el Programa Nacional de Sociedad. **Revista Mexicana de Sociología**, v.55, n.3, p.351-366, 1993.
- GONTIJO, C. Políticas de estabilização e abertura externa: uma análise comparativa das experiências do Chile, da Argentina e do México. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.15, n. 1, p.41-57, jan./mar. 1995.
- LA PEÑA, S. de. México: a crise de 1995 em perspectiva histórica. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.9, dez. 1997.
- KRUGMAN, Paul. Emerging market blues. **Foreign Affairs**, New York, v.74, n.4, p.28-44, Jul./Aug. 1995.
- _____. **Uma nova recessão?:** o que deu errado. Rio Janeiro: Campus, 1999.
- _____. **Globalização e globobagens:** verdades e mentiras do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- WILLIAMSON, John. **Latin American adjustment:** how much has happened? Washington: Institute of International Economics, 1990.
- _____. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.12, n.1, p.43-49, jan./mar.1992.
- ZINI JR, A. A política cambial com liberdade ao cambio. In: BAUMANN, Renato. **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.